

PENSAR A HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE

Fabício Ferreira de Medeiros¹

AGNÈS, Chauveau; TÉTART, Philippe (orgs.). *Questões para a história do presente*. Tradução de Ilka Stern Cohen. Bauru – SP: EDUSC, 1999.

Durante muito tempo, a escrita da história foi pautada por uma concepção metódica, segundo a qual exigia-se do historiador distanciamento em relação ao objeto de estudo como condição *sine qua non* da objetividade do método historiográfico. Tal critério foi, embora sob nuances significativas, reforçado pela influência da história econômica e social herdeira de Fernand Braudel, sob a qual a longa duração foi privilegiada em detrimento do tempo curto, associado a uma história factual, cronológica, elitista e ausente de problemas, que se queria ver superada.

Contudo, a partir dos anos 1970 se desenvolveu um processo de renovação da história, cujas contribuições francesas são demais reconhecidas. Refletindo sobre a crise dos paradigmas economicistas predominantes até aquele momento, diversos pesquisadores apontaram a necessidade de reabilitação do político, cuja redefinição dos métodos e abordagens *Pour une histoire politique*, publicada pela primeira vez na França, em 1988, sob a direção de René Rémond, é obra indicativa. Mas a virada nas perspectivas da escrita da história já havia sido anunciada na década anterior, com a publicação da tríade *Faire de l'histoire* (1974), obra coletiva organizada por Jacques Le Goff e Pierre Nora, voltada para a discussão de “novas abordagens”, “novos objetos” e “novos problemas” da disciplina.

Nesse processo de habilitação do tempo presente, importante considerar a influência do *Institut d'Histoire du Temps Présent* e do *Institut d'Histoire Moderne et Contemporaine*, ambos criados em 1978. Em torno destes, reúnem-se vários dos historiadores que contribuem para o desenvolvimento da presente coletânea. Considere-se também a importância do *Centre d'Histoire de l'Europe du vingtième siècle*, no qual se encontram os historiadores responsáveis pela organização de *Questões para a história do presente*, Agnès Chauveau e Philippe Tétart.

Como se observa, o movimento que permite o desenvolvimento de pesquisas sobre temas do presente não se sustenta somente em trabalhos acadêmicos isolados, mas inclusive

¹ Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGH-UERJ).

Email: fabricio.f.medeiros@hotmail.com.

no surgimento de espaços institucionais próprios a essas reflexões. Com efeito, é nesta conjuntura intelectual marcada pelos “retornos” (do político, do fato, da narrativa, da cultura etc.), mas, principalmente, pela redefinição do campo da história, com as atenções se voltando para os agentes históricos concretos, para a subjetividade da memória, para a dimensão estruturante dos acontecimentos, para os diálogos entre política e cultura, imprensa e história etc., que se insere o livro ora apresentado.

Publicada pela primeira vez em 1992, na França, a coletânea trouxe como desafio pensar a história do tempo presente, considerando as fontes, os diálogos, as influências ideológicas na historiografia, a relação do historiador com seu objeto de estudo, em suma, uma série de questões teóricas e metodológicas inerentes ao ofício do historiador, mas com atenção especial para o presente. Necessário ressaltar que antes de ser encarada como um manifesto, *Questões para a história do presente* deve ser tomada mais como um esforço intelectual de refletir sobre a prática historiográfica, ainda que se apresente como contribuinte da construção de um campo de estudos que só começa a se configurar.

Organizada em oito capítulos, somando-se a conclusão, a coletânea reúne dez historiadores de origem francesa, os quais têm como proposta, cada um a seu modo e partindo de questões específicas, refletir sobre a viabilidade de se fazer uma história do presente. Seja como for, concluí-se que, salvo os devidos problemas de sua construção, “[...] a história do presente é primeiramente e antes de tudo história” (BERSTEIN; MILZA, 1999, p. 127). Não há distinção fundamental entre historiadores do presente e do passado. Ambos devem desenvolver suas investigações atentos para as dimensões espaço-tempo, aplicar métodos rigorosos de crítica das fontes, quando necessário, recorrer aos métodos e conceitos de outras disciplinas, considerar o contexto no qual foi produzida a fonte e cuidar para que o texto historiográfico não seja apresentado como uma mera sequência de fatos ordenados cronologicamente. Em todo caso, impõe-se o exercício de sistematização e explicação, a hierarquização de fatos e a busca pelo peso do passado sobre o presente. “De resto, como distinguir a fronteira cronológica que separa uma história (do passado) de uma história do presente” (BERSTEIN; MILZA, 1999, p. 127).

Ainda no que tange às contribuições, os organizadores do livro salientam que o estudo do político, tal como realizado nas últimas décadas, também permitiu que se considerasse o presente como tempo legítimo de investigação. Nesse ponto, convergiram os diálogos entre política e cultura, o estudo das opiniões públicas, o retorno do fato, além da própria demanda social por memória. A tempo, deve-se ter cuidado para não associar acriticamente história política e história do presente. Como argumenta René Rémond, “o interesse pelo político não

é próprio da história recente e o político não está exclusivamente ligado à proximidade no tempo”. Considere-se que “os historiadores da Antiguidade e da Idade Média contribuíram enormemente para o retorno do político”, de modo semelhante ao que fizeram historiadores do período medieval (RÉMOND, 1999, p. 53).

Em vários momentos sobressai no discurso destes historiadores um tom de questionamento sobre a possibilidade de se empreender a história de um tempo tão próximo, para o qual mínguem as explicações elaboradas por seus pares, isto é, por outros historiadores. Dessa forma, mais do que uma questão de vontade de cada um, o diálogo interdisciplinar, a apropriação de técnicas, conceitos, metodologias oriundas de outras disciplinas é uma exigência deste tipo de escrita da história.

O questionamento, no entanto, começa a ser respondido. Não há dúvida, por exemplo, que realidade e percepção interferem e que o historiador é filho de seu tempo. Por isso mesmo ele tem certa responsabilidade social frente a seus contemporâneos, em oferecer explicações para fenômenos que escapam a percepção imediata dos indivíduos sobre o acontecimento instantâneo. Em relação a esse problema, Jean-Pierre Rioux faz uma provocação aos críticos da história do presente:

Como não sentir [...] que uma reflexão histórica sobre o presente pode ajudar as gerações que crescem a combater a atemporalidade contemporânea, a medir o pleno efeito destas fontes originais, sonoras e em imagens, que as mídias fabricam, a relativizar o hino à novidade tão comumente entoado, a se desfazer desse imediatismo vivido que aprisiona a consciência histórica como a folha de plástico ‘protege’ no congelador um alimento que não se consome (1999, p. 46)

Na discussão proposta na coletânea, não consta apenas olhares de historiadores do contemporâneo. Jacques Le Goff oferece sua contribuição enquanto medievalista, que busca antes que de qualquer coisa apreender as mudanças na história pela relação passado-presente. Se distinguindo de outros autores, afirma que não considera outra expressão além da muito conhecida “história contemporânea”. Porém, a preferência categórica de Le Goff não impede que o historiador disserte sobre as atitudes que, a seu ver, deveriam pautar um estudo de história do presente: 1) considerar o acontecimento em profundidade suficiente para que se observe seus condicionantes; 2) desenvolver a crítica das fontes com o devido rigor que exige a disciplina; 3) não limitar a pesquisa a descrição de fatos, mas incluir na mesma a explicação; e finalmente 4) buscar, na abundância de documentos e fatos, sua hierarquização, “distinguir o incidente do fato significativo e importante”, integrá-los na duração e impor-lhes uma problemática, tal como o fazem os historiadores de outros períodos (1999, p. 101).

Tratando de outra polêmica quando se fala da história do presente, Robert Frank discute a questão da prova, isto é, o papel das fontes enquanto indícios do passado humano. Partindo da concepção mais recente de documento, o historiador faz um paralelo entre a validade da fonte oral (o depoimento) frente à fonte escrita, mais utilizada convencionalmente. Desse modo, critica os historiadores que negam a legitimidade das fontes orais, afirmando que “a fonte escrita é também uma fonte construída, e também tem seu grau de impureza”. Nisso e entre tantas outras operações, historiadores do presente e do passado – fronteira, aliás, difícil de definir -, não se distinguem uns dos outros. Ambos precisam partir de uma atitude crítica e suspeita diante das fontes com as quais trabalham. Porém, o historiador do presente tem uma vantagem, pois quando “interroga uma testemunha, ele mesmo constrói a seu modo a fonte, e seu usuário é ao mesmo tempo a seu modo o produtor” (FRANK, 1999, p. 106 e 107). É um trabalho mais íntimo e imediato, portanto.

Além disso, considere-se que “a fonte oral é privilégio do historiador do presente” (FRANK, 1999, p. 106), privilégio o qual os historiadores de outros períodos, pela própria natureza das coisas, não podem ter acesso, investigando o passado humano somente de forma indireta.

Tratando de outro tópico que diferencia as práticas historiográficas, Frank salienta o aspecto de contemporaneidade entre historiador e testemunha, marcado, entretanto, pela “distância temporal entre a ação de testemunhar e a ação contada pela testemunha”. Nesse processo de resgate do passado, obviamente que surge um dado novo, que exige o estabelecimento de um aporte teórico-metodológico para que o historiador não perca o rigor crítico. A memória, então, aparece como fonte do historiador e matéria-prima da história oral. Produzida em meio a traumas, configurando-se em meio a silêncios, esquecimentos, deformações que lhes são inerentes, a memória precisa, assim como outras fontes, passar pelo crivo da crítica e, também, da confrontação com fontes escritas (FRANK, 1999, p. 107 e 109).

De todo modo, as fontes orais permitem ao historiador compreender elementos subjetivos que as fontes escritas muitas das vezes desconhecem. Por exemplo, “o estudo da mobilidade profissional ou geográfica, a análise do percurso de uma carreira, a reconstituição das redes de relações, profissionais e mundanas, dificilmente se fazem a partir de fontes escritas”. Ora, apenas recorrendo-se às fontes orais é possível “encontrar todos os fios dessa sociabilidade” (FRANK, 1999, p. 110).

Buscando mapear as razões que fundamentam a construção de uma história do presente, Rioux argumenta que aquela resulta de uma demanda social por memória,

identidade e compreensão sobre as sociedades no século XX, um tempo de aceleração, confusão, barbárie, instabilidade, para o qual a perda de referências em relação ao passado é uma tônica, assim como a alienação frente ao presente. Contra o presentismo, o conhecimento por reflexo do acontecimento, pois instantâneo. Contra o efêmero, o historiador propõe “dar sentido” aos acontecimentos sobre os quais não se conhece seu desenvolvimento “pleno”, buscando proteger as pessoas do turbilhão de informações com as quais lidam em seu dia-dia, transmitidas de maneira sistemática pelos meios de comunicação de massa. As razões para se fazer a história do presente são muito maiores do que os motivos que bloqueiam sua construção.

Como não sentir além disso que uma reflexão histórica sobre o presente pode ajudar as gerações que crescem a combater a atemporalidade contemporânea, a medir o pleno efeito destas fontes originais, sonoras e em imagens, que as mídias fabricam, a relativizar o hino à novidade tão comumente entoado, a se desfazer desse imediatismo vivido que aprisiona a consciência histórica como a folha de plástico ‘protege’ no congelador uma alimento que não se consome (RIOUX, 1999, p. 46).

Coerente com o posicionamento de Rioux, Jean-Jacques Becker avalia as implicações da historiografia sobre o comunismo em termos de sua produção mais recente. Pontua as dificuldades de separação entre a história do comunismo e o debate político, sendo a primeira, muitas das vezes, usada como instrumento do segundo. A história chegava a ser considerada como propriedade do Partido Comunista Soviético, de modo que sua interpretação e revisão estava intrinsecamente influenciada por questões políticas, isso durante boa parte do século XX. Ou o historiador se propunha a aceitar a versão oficial da experiência soviética ou suportava como pudesse as pressões do regime e de seus seguidores. Nestas condições, era difícil se desenvolver um estudo relativamente autônomo em relação ao comunismo. Somente após 1989-1991, com o fim do comunismo no Leste Europeu e na União Soviética é que se dariam os primeiros passos nesse sentido. Porém, colocava-se como problema o acesso aos arquivos, bem como a hierarquização dos fatos. E os desafios à história do tempo presente não paravam por aí. Segundo Becker (1999, p. 68),

[...] o historiador do presente e do imediato não dispõe dessa arma inelutável que possui o historiador ‘clássico’, conhecer a sequência numa duração bastante longa. Ele deve manifestar uma prudência particular, não se arriscar na prospecção em função de um presente que não pode ser senão provisório. Ele deve tomar a história tal como ela é, sem prejudicar o futuro, tanto mais que a história, como se sabe, é astuciosa...

Ora, a perspectiva de Becker sobre a relação entre historiador e tempo presente perpassa boa parte da coletânea, sendo retomada, entre outros, por Jean-François Sirinelli.

Para este autor, recuperando uma proposição de Rémond, o historiador é fortemente influenciado pelo contexto histórico no qual está inserido. A um só tempo, esta influência se exerce tanto sobre a historiografia, e isso não se limitando ao tempo presente, como sobre a própria “compreensão dos fenômenos que estuda” (SIRINELLI, 1999, p. 80). Seja um historiador do tempo presente, seja um medievalista, ambos não estão livres de influências externas, de questões políticas e ideológicas. Seu olhar sobre o passado, em um caso mais remoto, no outro, mais recente, está sempre permeado de questões, problemas, anseios, demandas apresentados em sociedade e, portanto, pelo próprio investigador.

Pelo que se vê, a história do presente, tal como delineada em *Questões para a história do presente*, não é considerada como campo de estudo autônomo ou consolidado (ainda). Muitas interrogações têm sido colocadas e as respostas só começam a ser elaboradas. Assim, surge a questão do distanciamento entre historiador e seu objeto de investigação; o problema da falta de trabalhos historiográficos que ofereçam embasamento teórico para o historiador do presente; as inconsistências da história oral, associadas às deformações (a subjetividade inerente) da memória; a abundância de fontes contraposta à falta de acesso a arquivos;² a influência ideológica e política sobre o historiador etc.

De todo modo, parte das interrogações que recaem sobre a história do presente não lhes são exclusivas. Se as fontes orais são comumente afetadas pelas deformações da memória, as fontes escritas também não escapam às manipulações e às diversas influências do ambiente na qual foram produzidas. É verdade que a relação de contemporaneidade entre historiador do presente e seu objeto de estudo impõe obstáculos à busca da objetividade na investigação, mas também é certo, por outro lado, que o historiador do passado, seja ele um medievalista ou um modernista, por exemplo, não está livre de paixões, haja vista que o historiador sempre parte de problemas do tempo presente, problemas que lhes fazem, de alguma maneira, eco e provoca sua inquietação. Logo, não é a natureza temporal, se passado remoto ou presente, que define a qualidade de uma pesquisa. É o atendimento do rigor historiográfico, com a crítica sistemática das fontes, com o esforço de explicação e a hierarquização de fatos, com a busca dos processos que configuram um acontecimento recente e lhe imprimem os devidos caracteres etc. que se faz qualquer trabalho de história.

Portanto, para o bem ou para o mal, “[...] a história do presente é primeiramente e antes de tudo história” (BERSTEIN; MILZA, 1999, p. 127). Cabe a nós historiadores nos

² Em relação a este ponto, podemos pensar nos arquivos militares referentes aos regimes sul-americanos e, em especial, ao regime brasileiro instaurado em 1964. Em nosso caso particular, só recentemente iniciou-se um movimento de abertura dos arquivos. Ainda assim, muitos documentos foram destruídos e outros permanecem ocultados, o que obstaculiza o desenvolvimento de pesquisas sobre o tema.

debruçarmos sobre esse campo tão rico em possibilidades e lançarmos nossos olhares sobre fenômenos que até então eram investigados unicamente por ciências vizinhas. Os historiadores têm a observação criteriosa da relação passado-futuro, bem como o levantamento e a crítica rigorosa de fontes a seu favor. Ainda é na história que se encontra as explicações mais significativas sobre os fatores multicausais que configuram um evento histórico e que, conseqüentemente, permitem sua explicação. Sendo assim, por que romper com a linha temporal e subtrair o tempo presente? Não é só de passado que vive o historiador.

Entretanto, as reflexões desenvolvidas na coletânea organizada por Chauveau e Tétard não possuem uma aplicabilidade indiferente ao contexto histórico – fato que se poderia facilmente observar para toda uma série de produções teórico-metodológicas. O contexto que serve como referência para estes historiadores, por razões óbvias (nacionalidade e inserção historiográfica), é o francês. Sim, há uma série de problemas que são comuns e sobre os quais historiadores brasileiros, chilenos, portugueses, senegaleses ou paquistaneses poderiam estar de acordo: as dificuldades de hierarquização de fontes, o excesso ou a falta das mesmas (arquivos fechados ao contato público), a objetividade, o tratamento de fontes orais, a memória como fonte, a análise sobre processos ainda em curso etc. Porém, teoria e metodologia não podem ser empregadas sem referência a cada realidade política e social, o que obriga cada pesquisador, diante de uma realidade sempre singular e específica, a reformular conceitos e ferramentas de leitura crítica, de modo a melhor ajustar a lente sobre seu objeto de estudo.

Por tudo isso, ao se pensar na história do presente no Brasil, deveria ser preciso refletir sobre as questões, objetos e problemas próprios a nossa história, de modo a não se apropriar mecanicamente um debate voltado para contextos históricos distintos. Se França e Brasil possuem elementos comuns em seus desenvolvimentos históricos, também apresentam uma série de pontos específicos - como, então, reproduzir corpos teórico-metodológicos sem considerar tais especificidades?

Falta no Brasil uma discussão mais profunda a respeito da história do presente. Os espaços institucionais ainda se configuram como pequenas ilhas na historiografia brasileira. Porém, o movimento é mais de avanço do que recuo no que tange a promoção da história do presente no Brasil. Temos: o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), criado em 1973, mas voltado para se constituir enquanto acervo

documental para a história do Brasil contemporâneo,³ o Laboratório de Estudos do Tempo Presente (LabTempo), vinculado ao Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá (UEM), o Programa de Estudos do Tempo Presente (UFRJ), criado em 1994, mas que já não tem tanto fôlego na promoção de estudos e discussões, o Círculos de Pesquisas do Tempo Presente (CPTP), grupo de pesquisa fundado em 2012, no âmbito do Colegiado de História da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) e, por fim, o Grupo de Estudos do Tempo Presente, ligado ao Departamento de História da Universidade Federal de Sergipe (GET/DF/UFS).

A demanda social por explicações relativas à história de nosso tempo, portanto, não é exclusiva à França. Também no Brasil tem se articulado diversas iniciativas neste sentido, desdobrando-se na criação de espaços institucionais, grupos e centros de pesquisa, Programas de Pós-Graduação voltados para a temática, caso do PPGH da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), responsável por promover Seminários Internacionais de História do Tempo Presente (2011, 2014 e 2017). A multiplicação destas iniciativas atestam, em síntese, uma tentativa, por parte de historiadores e historiadoras, de atender, em parte, aos problemas colocados pela sociedade. Busca-se a promoção de diálogos com sociólogos, jornalistas, cientistas políticos etc., que permitam ao historiador se aventurar na história de um tempo muito próximo, mas que, assim como o mais remoto, merece (e necessita) de interpretação, compreensão e explicação. Se a história é composta por passado e presente, acrescida do futuro enquanto “horizonte de expectativas” (Koselleck), por que ignorar uma dimensão tão cara aos homens e mulheres que vivem e compartilham de anseios, esperanças e angústias semelhantes às nossas?

³ Para uma leitura específica sobre o CPDOC e relativa às atividades nele desenvolvidas, cf. CASTRO, C. Pesquisando a história contemporânea no Brasil: a experiência do CPDOC. In: ROLLO, M. F. (coord. ger.). *Atas I Congresso de História Contemporânea*. Lisboa: Rede de História Contemporânea; Instituto de História Contemporânea da Universidade de Lisboa; Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra, 2012. p. 23-30